

É urgente salvaguardar a memória social e profissional dos professores

A memória social e profissional dos professores é um tema geralmente pouco tratado, mas fundamental para compreender a história da profissão e para a afirmação da identidade docente. E foi o ponto de partida para uma entrevista com Abel Macedo. Ao longo da conversa, oportunidade para abordar, também, as recentes movimentações dos educadores e professores portugueses em defesa da sua dignidade profissional e para questionar o papel dos sindicatos na sua afirmação perante a opinião pública. Abel Macedo é co-coordenador do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) – a cuja comissão instaladora pertenceu, em 1982 – e membro da direcção desde 1985. Integra o Conselho Nacional e o Secretariado Nacional da Fenprof e, em representação desta, é coordenador da CPLP-Sindical da Educação.

Gostaria de iniciar esta entrevista abordando um tema habitualmente pouco falado, mas de grande importância na profissionalidade docente – a memória social e profissional dos professores. De que falamos mais concretamente quando abordamos esta vertente da profissão?

As memórias sociais dos professores são, de facto, um tema que tem vindo a ganhar relevo nos últimos anos, encontrando-se associadas ao crescimento e à importância que a profissão docente assume, sobretudo, no final do século XIX e início do século XX. É nessa altura que se inicia a história dos primeiros movimentos associativos, que ainda não se assumiam como sindicatos, mas antes como associações mutualistas, que procuravam formas organizadas de defender direitos que ainda não estavam consagrados. Só mais tarde se falaria na criação de sindicatos...

Durante a Primeira República, tão curta, mas ao mesmo tempo tão intensa em termos de acontecimentos, havia associações com uma preocupação muito centrada na vertente pedagógica, com a realização de congressos próprios a par de alguma actividade sindical. Pode dizer-se que esta preocupação de abrangência teve as suas primeiras raízes aí, detendo-se, posteriormente, ao longo dos 48 anos de fascismo.

No final da década de 60, deu-se início a um movimento extremamente importante – os *Grupos de Estudos do Pessoal Docente* do Ensino Secundário e Preparatório (GEPDES), que tinham um carácter essencialmente informal e que chegaram ao 25 de Abril com ameaças de ilegalização das suas estruturas e de prisão dos seus principais dirigentes. Um deles era o António José Costa Carvalho, um dos fundadores do SPN. Esse trabalho semi-clandestino, mas que tinha já uma perspectiva abrangente da actividade docente, fez com que após o 25 de Abril aparecessem sindicatos nesta senda. [cf. *série de artigos “Há 25 anos...”*, de Costa Carvalho, publicados na PÁGINA nºs 78 a 81, Março-Junho/99, disponível em www.apagina.pt]

A memória social e profissional está de certa forma cristalizada na sequência destas movimentações. Mas, para o sindicalismo actual, o mais marcante do aparecimento dos GEPDES, alargados, numa fase posterior, aos professores do 1º Ciclo. E acho que esta perspectiva, com algumas *nuances* entre os vários sindicatos da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), se mantém no essencial.

Acha que essa memória se perdeu? E que, em alguma medida, será útil resgatá-la?

A classe docente não terá toda ela essa memória... E nós temos uma grande responsabilidade em não a deixar apagar e em saber mostrá-la a quem não a conhece. É natural, e inerente a todos os processos históricos, o risco de os mais jovens terem uma visão distorcida dos acontecimentos, caso não sejam convenientemente informados sobre eles.

Essa memória não terá importância na formação dos futuros professores? Não só para a sua própria prática, mas também em termos de actuação política...

Sim, mas nem todos estarão interessados em dirigir as suas atenções para aí. Por outro lado, há muito poucos trabalhos publicados sobre este tema. E há muito pouca gente viva – bem viva, digamos assim – que, tendo trabalhado na docência, tenha feito eventualmente tudo o que estava ao seu alcance para que estas memórias fossem mais clarificadas.

No SPN, trazemos ocasionalmente – porque não temos possibilidades de o fazer de forma sistemática – estas questões para primeiro plano, em acções que realizamos com professores, delegados sindicais e dirigentes mais jovens, para que eles percebam porque razão temos esta filosofia de actuação, porque não fazemos um sindicalismo reformista, apenas seguidor das agendas dos governos e das medidas que o Poder toma, seja ele qual

for, e por que razão temos preocupações de transformação social, de não nos aquietarmos com o que temos pela frente. Esta actuação tem, de facto, raízes históricas que, porventura, ainda não estarão suficientemente divulgadas.

Neste sentido, será de referir o trabalho que vem sendo realizado pelo professor António Nóvoa, uma figura com um passado de escrita e de reflexão muito importante sobre estas matérias, traduzido, nomeadamente, numa obra intitulada “O tempo dos professores”, que bem merece ser lida.

Do contacto que, enquanto dirigente sindical e professor, mantém com os professores mais jovens, que ideia retém da sua consciência profissional e acerca do que representa ser professor hoje?

As gerações mais jovens de professores vivem actualmente um drama tal que as suas atenções estão inevitavelmente desviadas para quase instintos de sobrevivência: a precariedade do emprego tem uma dimensão gritante, o desemprego tem uma dimensão alarmante e a estes jovens quase não sobra tempo para dedicarem a sua atenção a outras coisas. Mesmo no plano da luta reivindicativa concreta, por vezes cingem-se mais às questões de interesse pessoal do que àquilo que são as perspectivas de futuro, não se mobilizando facilmente por questões de carácter mais reflexivo.

Por outro lado, há uma questão que nunca ficou bem resolvida, que são os chamados anos de indução no ingresso na profissão. É sabido que a profissão docente, tal como outras, tem ciclos na sua vida profissional, aos quais correspondem diferentes solicitações e graus de envolvimento. E os primeiros anos são decisivos a este nível, inclusivamente no que se refere ao desenvolvimento da consciência profissional.

É indispensável, neste sentido, que os jovens professores tenham um acompanhamento de quem tem maior experiência, para os ajudar a olhar para os vários aspectos da profissão com outros olhos. Esta medida nunca chegou a ser posta em prática o que não ajuda nada à consciencialização que se devia ganhar mais cedo.

O que significa, afinal, ser professor hoje? Referiu já, de forma implícita, a necessidade de os docentes serem agentes transformadores da sociedade...

Creio que a classe não se revê da mesma maneira e que haverá várias formas de sentir o que é ser professor. No entanto, um dos aspectos que mais contribui para que esse sentimento não seja valorizado positivamente, como deverá ser em qualquer sociedade, prende-se com o “tarefismo”, com o transformar os professores em operários de uma “linha de montagem” na qual tudo é ditado exteriormente, eventualmente por quem tem mais poder, e o que resta é cumprir sem sair fora do trilho.

O próprio António Nóvoa refere-se muitas vezes ao professor enquanto profissional detentor de autonomia pedagógica no seu desempenho pessoal, inserido num corpo profissional que reflecta diariamente sobre o seu trabalho. E isto requer que, em primeiro lugar, a classe seja entendida como decisiva para o futuro do país, valorizada e prestigiada socialmente, criando espaço para que os professores se libertem das teias burocráticas em que estão enredados e se dirijam, no essencial, para o trabalho com os alunos e para o sucesso educativo deles – que é para isso, afinal, que eles estão nas escolas. Acredito que se isto voltar a acontecer, os professores irão novamente sentir-se orgulhosos de o ser.

Os professores voltaram recentemente à ribalta mediática, fruto, sobretudo, da sua luta pela dignificação da profissão. Acredita que é essa a imagem que passa para a opinião pública, ou, pelo contrário, ela estará mais associada a reivindicações de carácter corporativo?

Eu penso que, ao longo dos últimos tempos, a opinião pública oscilou em termos de posição sobre as movimentações dos professores em torno das questões de dignificação profissional. Num primeiro momento, começou por se sentir próxima, ou deixar-se induzir, pelo discurso de culpabilização da ex-ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, que acusava os professores de não quererem trabalhar e de não serem produtivos. Creio que essa imagem, aliada ao argumento de que as nossas iniciativas tinham uma natureza meramente corporativa, conseguiu passar para a opinião pública, resultando num distanciamento crescente entre as duas partes. Mas também creio que o desenvolvimento da luta, o seu alcance e a sua dimensão foram demonstrando que se tratava de mais do que isso. Se fossem apenas questões corporativas que estivessem em jogo, as imensas manifestações que ocorreram em Lisboa não teriam tido lugar... E a opinião pública começou a ver que, afinal, algumas das coisas que eram ditas não correspondiam à verdade, como o facto de os professores não quererem ser avaliados.

Nos últimos três anos, acho que se registou uma evolução, embora não total e generalizada, no sentido de uma melhor compreensão face àquilo que são as pretensões dos professores. E isso é visível, nomeadamente, nas rondas de conversações que têm sido mantidas com todos os partidos com assento parlamentar – à excepção do PS – e na compreensão que manifestam pela ideia de que fomos maltratados, de que estamos sobrecarregados e de que, na prática, não nos deixam ser professores.

Aliás, no decorrer dessas movimentações, este foi um denominador comum muitas vezes afirmado: deixem-nos ser professores! Porque, de facto, não se pode continuar a trabalhar nestas condições. Não apenas pelas questões da avaliação, que têm um grande peso, mas também com o espartilho que representa o Estatuto da Carreira Docente; ou as inúmeras regulamentações da vida das escolas, que levaram a que os professores perdessem, de facto, o essencial da sua identidade profissional.

Considera que esses movimentos reivindicativos recentes contribuíram, de algum modo, para a coesão, para o fortalecimento e para a consciência de classe?

Cada momento da história dos movimentos sindicais ou sociais em que as pessoas se dão conta de que não estão sós contribui para aumentar a coesão – neste caso profissional. Este aspecto é muito importante. Não quero, porém, tapar o sol com a peneira e garantir que na altura de apresentarmos e defendermos determinadas propostas será novamente fácil voltar a conseguir essa união. Na minha perspectiva, o papel que cabe neste momento aos sindicatos com responsabilidades, como são os da Fenprof, é serem capazes de apresentar uma mensagem suficientemente clara para mostrar que vale a pena caminhar num determinado sentido. E, nessa medida, tentar fazê-lo com o máximo de gente possível.

Numa perspectiva mais ampla, em que medida é hoje conhecido, reconhecido e valorizado o trabalho dos professores?

Essa pergunta poderá ser respondida de diversos ângulos. Mas posso afirmar que, mesmo nos picos das campanhas de difamação – posso dizê-lo assim – a que a classe foi sujeita ao longo dos últimos anos, os inquéritos de opinião deram sempre conta de que a opinião pública classificava a profissão docente entre as primeiras. Isto mostra que o prestígio de uma classe profissional se afirma de várias formas, e uma delas é pela percepção que a sociedade tem da importância que ela assume. E creio que isto não se perdeu de todo, porque continua a haver a noção da importância de existirem profissionais da docência habilitados e a trabalharem em condições nas quais possam dar o melhor de si à educação.

Por outro lado, não se pode pensar que a profissão resistiu incólume a essas campanhas de desqualificação. E esta é uma questão fundamental que não podemos perder de vista, e na qual é preciso reconquistar algum terreno perdido, voltando a afirmar a necessidade de dignificação da classe, no sentido de os portugueses perceberem que sem bons professores, devotados à sua profissão, não pode haver boa educação, e que sem boa educação não há futuro para o país.

Evidentemente que o processo de recuperação desta imagem não é imediato, mas fico satisfeito por já termos dado alguns passos nesse sentido. Mas ainda há outros a dar, e dependem muito de nós, professores e sindicatos.

Precisamente, que papel podem desempenhar os sindicatos na afirmação dessa imagem?

O tipo de sindicalismo que abraçámos desde o início, e que mantemos vivo, é um sindicalismo de largo espectro, que não se esgota nas questões socioprofissionais, por muito importantes que sejam. Um sindicalismo com amplas preocupações sociais, ambientais, culturais, fazendo de todos estes aspectos uma base de solidariedade. E os sindicatos devem ser isso mesmo – afirmações de solidariedades, no plural.

Um sindicalismo desta natureza entende que tudo o que diz respeito à educação – sistema educativo, reformas, mudanças introduzidas por uma ou outra via – também diz respeito aos professores e, claramente, aos sindicatos que os representam. E os sindicatos precisam de responder a isto de forma aberta, isto é, com capacidade de intervir também nestas áreas.

Neste sentido, os tempos são agora, mais do que há alguns meses, de grandes desafios. Estou convencido de que no momento actual é preciso avançar-se não tanto através da recusa do que era imposto, mas, sobretudo, da afirmação de projectos e de propostas, procurando unir todos os educadores e professores em torno desses objectivos.

Por que razão, ao contrário de outras profissões, em que predominam as ordens, os sindicatos são as estruturas mais representativas dos professores?

Por diversas razões, mas sobretudo devido ao facto de as ordens terem surgido como entidades de controlo e regulação de profissões maioritariamente desempenhadas por trabalhadores liberais, sem vínculo laboral, como os advogados e os médicos.

O ensino, por seu lado, foi um sector socioprofissional que se desenvolveu em sentido oposto, isto é, parte do oficial e alarga-se ao privado, estabelecendo-se uma relação patrão-empregado na qual o primeiro papel é assumido pelo Estado. O espaço para o aparecimento de uma ordem, com o objectivo de regular determinados aspectos que as relações de trabalho deste tipo não regulam, não se fez sentir, por isso, da mesma maneira. O que não significa que não haja alguns professores a falar nisso...

Tem havido propostas nesse sentido, de facto...

Sim, mas são vozes minoritárias e muito circunscritas a grupos que consideram que tal medida resolveria os problemas da classe, ou que a dignificaria mais apenas por se tratar de uma ordem.

Nós pensamos que não, mas isso também obriga a que os sindicatos que a representam não sejam estruturas imobilistas, fechadas e viradas para o próprio umbigo – ou seja, as questões socioprofissionais. Na minha opinião, os sindicatos com a vocação que referi são suficientes para regular as questões relacionadas com o desempenho da profissão.

O que pode e o que deve esperar a sociedade dos professores? Pergunto isto porque em torno da Escola, e dos seus profissionais, foi criada uma expectativa que, provavelmente, excede aquilo que é o seu papel.

A sociedade espera várias coisas da Escola e dos professores. Particularmente os pais, que desenvolveram pressões enormes no sentido de terem os alunos o máximo de tempo na escola. Existem motivações sociais, não

digo que não, mas isto revela que têm pouco tempo para dedicar à educação dos seus filhos e empurram para a Escola parte do papel que lhes deveria caber. E ao pô-los na escola, desde que ela responda, não se preocupam tanto com a forma como os filhos são acolhidos, o que fazem, se se sentem “castigados” – porque um miúdo que tem cargas lectivas exageradas está, na prática, a cumprir um castigo.

Mas não são apenas os pais. Aos professores, é pedida hoje uma atenção para problemas que se repercutem nas escolas e para os quais eles não estão preparados nem tão pouco têm de ter resposta, porque não são sociólogos, psicólogos ou assistentes sociais. Este excesso de solicitações que hoje recai sobre os professores, também ajuda a “matar” a profissão, a desvalorizá-la, quando essa responsabilidade é de um sistema que não pensou a Escola como uma unidade social que tem de ter resposta a vários níveis. E esta é uma questão muito complicada, porque são olhares sobre a profissão que não estão dirigidos ao cerne da identidade profissional docente, mas àquilo que é a expectativa das famílias em relação aos professores.

Para concluir, gostaria de lhe colocar uma questão de carácter pessoal: como vive e como pensa a relação entre o papel de professor e o de dirigente sindical?

Eu só posso pensar essa relação no sentido de um sindicalismo que nunca se afaste da escola. Esta é a questão central e é outro dos traços característicos do sindicalismo que tenho vindo a referir. Porque, hoje, para se fazer um sindicalismo com todas as exigências que lhe são inerentes, desde as relações institucionais a outras, pede-se muito às redes de delegados, mas principalmente às direcções, o que implica não ser fácil conciliar o estatuto concreto da docência lectiva com estas funções.

Este tipo de exigência leva a que alguns dirigentes sindicais se afastem da escola, por vezes durante vários anos. E a única forma de evitar que essas pessoas possam cair no erro de analisar mal a situação das escolas é ter a seu lado um conjunto de pessoas esclarecidas e uma proximidade com as escolas que permita saber aquilo que se está a dizer. Uma proximidade que, no caso do SPN, vem desde 1982 até hoje e que esperamos poder manter no futuro. Por força desta maneira de estar no sindicalismo, creio que nunca estivemos verdadeiramente afastados das escolas. Por vezes, algumas pessoas afirmam que determinados dirigentes já não sabem o que é dar aulas e estar na escola... Mas isso não quer dizer que não percebam o que lá se passa e o que estão a viver os outros professores.

Entrevista conduzida por Ricardo Jorge Costa